Bureau Veritas
Política Laboral e de Direitos Humanos

Caros colegas,

Os princípios do trabalho e dos Direitos Humanos fazem parte dos nossos valores no Bureau Veritas.

Como empresa internacional presente em 140 países, estamos empenhados em apoiar e respeitar a proteção dos Direitos Humanos reconhecidos internacionalmente, independentemente do país em que atuamos ou da atividade que exercemos.

Esta política define os princípios de Direitos Humanos do Bureau Veritas, comuns a todos os trabalhadores da empresa, a serem promovidos em todas as situações, quaisquer que sejam os regulamentos ou práticas locais nas normas internacionais de Direitos Humanos.

A política aplica-se a todos os membros da empresa, fornecedores, subcontratantes ou parceiros, e deve ser lida em conjunto com o Código de Ética que, entre outras coisas, estabelece os quatro valores fundamentais do Bureau Veritas:

- **Confiança: "estamos aqui para criar confiança"**
- **Responsável: "deixamos a nossa marca de forma responsável"**
- **Ambição e humildade: "demonstramos ambição com humildade"**
- **Abertura e inclusão: "acreditamos na força da diversidade"**

Embora acreditemos que os governos sejam responsáveis por proteger e defender os Direitos Humanos dos cidadãos, reconhecemos a nossa responsabilidade em respeitar os Direitos Humanos e estamos empenhados em apoiar a condução das nossas operações em todo o mundo, incluindo na nossa cadeia de fornecimento global.

Estamos comprometidos com a implementação desta política e preparados com um programa de ação destinado a garantir a sua plena eficácia.

A responsabilidade geral pela política cabe à Administração; no entanto, cada um de nós, enquanto trabalhadores, é obrigado a cumprir a política e a agir de acordo com os seus objetivos, de modo a garantir que todos são tratados com a dignidade e o respeito que merecem.

Didier Michaud-Daniel
Diretor Executivo

Os nossos compromissos

Respeito pelos Direitos Humanos

O Bureau Veritas está empenhado em manter e melhorar sistemas e processos para identificar, prevenir e mitigar qualquer abuso dos Direitos Humanos nas suas operações.

O Bureau Veritas avalia os riscos relacionados com os Direitos Humanos das suas operações e das suas filiais, subcontratados e fornecedores e estabelece um plano de monitorização destinado a prevenir e atenuar esses riscos.

Liberdade de associação e direito de negociação coletiva

O Bureau Veritas respeita o direito de todos os trabalhadores a formar ou aderir a sindicatos e a negociar coletivamente, de acordo com a legislação local. É aplicada uma política não discriminatória no que diz respeito à filiação sindical e a atividades em áreas como emprego, promoção, transferência ou demissão.

O Bureau Veritas incentiva a comunicação aberta e honesta nos seus locais de trabalho, onde os trabalhadores podem falar com os seus líderes sobre ideias, preocupações ou problemas e trabalhar em conjunto para resolver questões relacionadas com as condições de trabalho.

Prevenção do tráfico de seres humanos e do trabalho forçado

O Bureau Veritas proíbe o uso de todas as formas de trabalho forçado, incluindo trabalho involuntário em prisões, servidão, trabalho forçado, trabalho militar, escravatura ou qualquer forma de tráfico humano, em todas as suas operações.

O Bureau Veritas opera em total conformidade com todas as leis aplicáveis relativas a horas de trabalho, salários, incluindo os relacionados a salários mínimos, horas extras e benefícios. Os trabalhadores são livres para se desligar de qualquer relação de trabalho, mediante aviso prévio em conformidade com a legislação vigente.

Prevenção do trabalho infantil

O Bureau Veritas proíbe o emprego de menores de 16 anos em todas as suas atividades e está empenhado em combater a exploração infantil. Os trabalhadores com menos de 18 anos não são chamados a realizar trabalhos perigosos que possam afetar a sua saúde e segurança.

Eliminação das discriminações e das desigualdades de remuneração

O Bureau Veritas luta contra todo o tipo de discriminação, assédio e qualquer outro comportamento desrespeitoso ou inadequado, incluindo tratamento injusto ou retaliação no local de trabalho ou em qualquer circunstância relacionada com o trabalho.

As decisões sobre recrutamento, nomeação, formação, remuneração e progressão baseiam-se exclusivamente nas qualificações, desempenho, competências e conhecimentos especializados, independentemente da raça, etnia, cor, diferenças visíveis, religião, sexo, património, estatuto socioeconómico, idade, orientação sexual, estado civil, condição médica, deficiência, opinião política, identidade de género ou qualquer outro estatuto legalmente protegido.

O Bureau Veritas está também empenhado em identificar as desigualdades de remuneração com base no género e em tomar medidas para as eliminar. Os processos para identificar tais desigualdades e tomar medidas incluem análises e relatórios regulares, seguidos do desenvolvimento e execução de planos de ação locais para colmatar as lacunas identificadas.

Apoio à diversidade e à inclusão

O Bureau Veritas apoia e promove a diversidade e a inclusão em todos os seus locais de trabalho.

BUREAU VERITAS

Proporcionar um local de trabalho seguro e protegido
O Bureau Veritas está empenhado em proporcionar um local de trabalho seguro e saudável, livre de violência, assédio, intimidação e outras condições inseguras ou perturbadoras, para minimizar o risco de acidentes e lesões e reduzir a exposição a riscos de segurança, saúde e proteção para todos os seus trabalhadores.

O programa de saúde e segurança do Bureau Veritas está em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis. Inclui o fornecimento de equipamento de proteção pessoal adequado aos trabalhadores, o estabelecimento de procedimentos de segurança e programas de formação sobre os riscos no local de trabalho e a garantia de que existem políticas e procedimentos para lidar com quaisquer situações de emergência.

Proteção da privacidade
O Bureau Veritas está empenhado no direito à privacidade e à liberdade de expressão e toma todas as medidas razoáveis para proteger os trabalhadores contra o acesso, utilização, destruição, modificação ou divulgação não autorizada das suas informações e dados pessoais.

O Bureau Veritas processa os dados pessoais dos trabalhadores de acordo com a nossa política global de privacidade e com as leis e regulamentos aplicáveis.

As salvaguardas de segurança para os dados dos trabalhadores são fornecidas conforme necessário e são mantidas no respeito pela privacidade e dignidade dos trabalhadores.

Grupos vulneráveis considerados

Os quatro grupos de partes interessadas que se seguem são considerados os mais expostos a riscos relacionados com questões de Direitos Humanos:

1) Os próprios trabalhadores
   - Principais questões: Segurança
   - Políticas do Bureau Veritas: Política de Direitos Humanos, Regras Capitais de Segurança, Código de Ética
2) Trabalhadores do sexo feminino:
   - Principais questões: Representação equilibrada, igualdade de remuneração e discriminação
   - Políticas do Bureau Veritas: Política de Inclusão, Política Anti assédio
3) Crianças
   - Principais questões: Trabalho infantil e trabalho forçado
   - Políticas do Bureau Veritas: Política de Direitos Humanos
4) Trabalhadores de terceira parte
   - Principais questões: Segurança e trabalho forçado
   - Política do Bureau Veritas: Código de conduta do parceiro de negócios, manual de requisitos de HSSE para subcontratados e não-exclusivos

Normas de Direitos Humanos

Para além dos seus compromissos, o Bureau Veritas também se orienta por princípios de Direitos Humanos internacionalmente reconhecidos, estabelecidos nos seguintes documentos (coletivamente designados por "Normas de Direitos Humanos"):

- Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas
- Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e as Convenções Fundamentais
- Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança
- Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos

As empresas operacionais do Bureau Veritas podem estar vinculadas a leis nacionais aplicáveis em matéria de Direitos Humanos, como a Modern Slavery Act do Reino Unido e a lei francesa sobre o dever de diligência.

Política de compras

O Bureau Veritas está empenhado em garantir que os seus fornecedores e subcontratados implementem a presente política de Direitos Humanos e do trabalho. A empresa aplica uma política de compras que abrange as práticas de aquisição.

É estabelecido um plano de ação para exigir que os subcontratados e fornecedores mais críticos subscrevam a presente política. A avaliação da sua conformidade é efetuada por uma empresa externa de classificação.

Política de parceria

O Bureau Veritas compromete-se a garantir que os seus parceiros, tais como agentes, intermediários, empresas comuns e membros de consórcios, apliquem a presente política de Direitos Humanos e do trabalho.

O Bureau Veritas pode interromper as suas atividades com clientes, governos ou comunidades locais que não respeitem os Direitos Humanos.

Política de denúncia de irregularidades

A empresa apoia uma política que incentiva os seus colaboradores a comunicar caso testemunhem algo na nossa atividade que considerem ir contra o nosso Código de Ética. Esta política é apoiada por uma linha de alerta externa que permite comunicar problemas online, por correio eletrónico ou por telefone, indicando o seu nome ou não, conforme preferirem.

Relatórios para os trabalhadores

Se algum trabalhador tiver dúvidas sobre esta Política de Direitos Humanos ou desejar denunciar uma suposta violação desta política, ele deverá levantar essas questões ou fazer a sua denúncia através dos processos existentes, estabelecidos no Código de Ética do Bureau Veritas. O Bureau Veritas compromete-se a investigar e abordar as questões levantadas pelos trabalhadores, conforme apropriado, e a manter a confidencialidade na medida do possível e conforme exigido pela legislação aplicável durante todo o processo. Nenhuma sanção ou outra forma de retaliação será imposta a um trabalhador do Bureau Veritas por ter denunciado uma violação desta política.

Relatórios de pessoas externas

Todas as denúncias feitas por pessoas externas, como clientes, comunidades, fornecedores ou subcontratados, são investigadas e tratadas de acordo com os processos existentes estabelecidos no Código de Ética do Bureau Veritas, mantendo a confidencialidade na medida do possível e conforme exigido pela legislação aplicável durante todo esse processo.